

SENSIBILIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE VALORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Adriana Cristina da Cruz Schneider¹

Marco André Serighelli²

RESUMO

No presente trabalho propõe-se a sensibilização para a prática de valores na educação básica, partindo do pressuposto de que a educação em valores deve ser vivenciada pelos educandos. Da mesma forma que o ambiente familiar atribui valores aos indivíduos, a escola também proporciona um ambiente passível de sensibilização para a prática de valores, utilizando atividades as quais tragam ao ambiente escolar situações/problemas que podem ser solucionados a partir da ação coletiva, incentivando o trabalho em equipe, a cooperação entre os indivíduos e o respeito mútuo. No trabalho apresenta-se, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica baseada em alguns autores e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a fim de certificar o direito dos educandos sobre a educação em valores.

Palavras-chave: Licenciatura em Pedagogia. Sensibilização. Valores. Educação. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade passou e ainda passa por inúmeras mudanças, desde a forma de comunicação entre os indivíduos até as relações entre si. Uma das mudanças mais significativas foi a da estrutura familiar que, até algumas décadas atrás, tinha uma configuração padrão, composta por pai, mãe e filhos, marcada pelo modelo patriarcal.

Hoje é possível encontrar diferentes composições familiares, porém um aspecto sempre presente é de transmissão de valores; cada grupo familiar procura, de forma (in)consciente, passar para as novas gerações seus valores, crenças e formas de atuação em sociedade, trata-se de uma educação informal, a qual contribui para o indivíduo viver em sociedade.

A escola tem como princípio a divulgação do conhecimento científico acumulado ao longo dos anos pela humanidade, além do currículo instituído objetivando a aprendizagem, a escola possui a função social, juntamente com a família, de transmissão de valores.

A concepção de valores possui espaço para que se tenha entendimento sobre o conceito de ética e moral e que ambas andam juntas. Enquanto a moral indica as normas sociais, a ética as reflete e avalia como certas ou erradas.

Dessa forma, a escola em parceria com a família pode auxiliar o educando a fim de torná-lo um indivíduo mais sociável, respeitoso e colaborativo, pois não há mais espaço para o individualismo, uma vez que a todo momento precisamos conviver com cultura e modos de vida distintos, sendo possível encontrar opiniões contrárias e situações que devemos trabalhar de forma cooperativa para obter resultados satisfatórios. A união família e escola possibilita a formação cidadã, a qual se almeja para a mudança social desejada.

No projeto visou-se à sensibilização para a prática de valores em uma perspectiva interdisciplinar; é importante o trabalho com valores, pois desde muito pequenos, antes mesmo do nascimento, somos cercados de concepções de valores e estes estruturam-se durante a vida.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; adriancristinadacruz@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professor Titular na Universidade do Oeste de Santa Catarina; marco.serighelli@unoesc.edu.br

2 SENSIBILIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE VALORES EM NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

A sensibilização para a prática de valores se inicia no seio familiar, porém também se deve ser abordada em âmbito escolar. Por muitas vezes alguns deixam de abordar o tema, pois afirmam ser de exclusividade da família, que o dever enquanto educadores é somente de mediação do conhecimento.

Contraopondo-se à afirmação desses educadores, os documentos norteadores da educação certificam o direito do ensino de valores a fim de contribuir para a formação dos educandos.

Contudo, ética, moral, trabalho em equipe e respeito mútuo podem ser trabalhados em uma perspectiva interdisciplinar, buscando a vivência de valores morais, éticos e familiares para que os educandos possam se desenvolver de forma integral.

2.1 OS VALORES NO PROCESSO EDUCATIVO

Ao longo da história da educação brasileira houve muitas mudanças, acompanhadas pelos momentos histórico de cada época e pelas necessidades econômicas. Em 1932 o primeiro rascunho do que seria um documento voltado à educação surge com o chamado manifesto dos pioneiros, porém em 1961 é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (CAMURRA; TERUYA, 2008).

Até o início da década de 1960 haviam cursos de cunho técnico, voltados à classe do proletariado, e cursos de introdução para encaminhamento ao ensino superior, para os filhos da elite. Essa divisão deixa claro a separação de classes, quem podia subsidiar um ensino de qualidade progredia nos estudos visando a cargos de “chefia”, seguindo o percurso natural familiar; no entanto, os filhos da prole não possuíam tal acesso e se resignavam à oferta de cursos técnicos ofertados pelo Poder Público, a fim de atender à grande demanda de mão de obra no chão das fábricas.

No Brasil – do Império, da República Velha, da Era Vargas, e até 1961 –, persistiu a dualidade no Ensino Secundário de Segundo Ciclo, hoje Ensino Médio. De um lado, ensino de caráter propedêutico, voltado para as minorias da elite; de outro lado, ensino profissional, pois o Brasil se preparava para acompanhar os rumos da revolução industrial. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 135).

Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 20 de dezembro de 1961, a educação passou a ser tratada como direito de todos, porém o Estado não tinha obrigação sobre ela. De acordo com a LDB de 1961 n. 4.024, Art. 2º, “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (Parágrafo único). À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.” (BRASIL, 1961). Além da desobrigação sobre a educação, apontava o ensino de valores ético, moral e de cidadania de cunho total das famílias.

No decorrer dos anos e com os grandes avanços tecnológicos e dos bens de consumo, as estruturas da sociedade brasileira mudaram, fazendo com que as famílias passem grande parte do tempo no mercado de trabalho, a fim de adquirir mais conforto e qualidade de vida aos seus entes. Porém, a grande problemática observada com esse comportamento é a ausência do convívio familiar.

Sabe-se que o primeiro contato social de um indivíduo ocorre no seio familiar, no entanto, por motivos diversos, essa interação não possui a estruturação adequada para a transmissão de valores éticos, morais, dos deveres e direitos os quais possibilitam uma interação sadia com outros grupos sociais. Dessa forma, a segunda instância de convívio social é o ambiente escolar, em que os indivíduos passam parte do dia, com diferentes culturas, vivências e modos de pensar.

Contudo, o objetivo da educação foi com o passar dos anos se modificando, até chegar na atual LDB. Apesar de se tratar de um documento do ano 1996, traz em seu texto a redação no que se refere à obrigatoriedade do Estado sobre o ensino, ampliando a visão a respeito da educação. Tomando para si, além da missão de fornecer o conhecimento didático, também a premissa de formar o cidadão de forma integral.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando/educanda, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 9).

Depreende-se no Art. 2º da LDB de 1996 “Uma educação pretendida com aquela que fornecesse ao educando a formação de habilidades e competências para o desempenho de trabalhos futuros além de uma educação pautada na liberdade e nos ideais de solidariedade. A responsabilização para atingir esses ideais recaem sobre a família e o Estado.” (BRASIL, 1996).

No artigo Art. 3º, são apontados os princípios do ensino e as bases de sustentação deste, entre eles destaca-se o apontamento para os que fazem referência à educação em valores, de acordo com a LDB de 1996:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996, p. 9-10).

Tais princípios buscam a garantia da formação integral dos educandos, uma vez que é de direito o respeito de sua condição social, a cultura, saberes já existentes, o respeito à liberdade, o apreço à tolerância, entre outros que fazem parte da busca por uma educação a qual promova o cultivo de valores para a preparação do indivíduo para a convivência em sociedade. Para tanto, o currículo das instituições de ensino de educação básica deve atentar-se para essas diretrizes.

Em um outro documento mais recente de abrangência nacional, o Plano Nacional da Educação, Lei de n. 13.005, de 25 de junho de 2014, em vigência, tem como uma de suas metas a superação das desigualdades educacionais, com destaque para a promoção da cidadania e a erradicação das formas de discriminação, tendo como princípio a formação para o trabalho e a cidadania com enfoque nos valores morais e éticos, nos quais se baseia a sociedade. Apesar de apresentar como diretriz o PNE, não possui metas específicas para que seja cumprida.

Em suma, os documentos citados apontam o direito dos alunos sobre a educação de valores em sala aula e no ambiente familiar. Ao contrário do que muitos educadores pensam sobre a educação de valores e a cidadania, tratando como total responsabilidade da família; e ao contrário do que muitas famílias pensam, que a educação cidadã é de responsabilidade escolar. Para a efetivação do direito dos indivíduos, para que seja de fato realizada, é de extrema importância que tanto a escola quanto a família trabalhem juntos, a fim de construir uma sociedade saudável.

2.2 PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO EDUCANDO

Para entender as mudanças sociais dos séculos é importante saber sobre as mudanças estruturais familiares. Até alguns séculos atrás a estrutura familiar padrão era pai, mãe e filhos. Com a legalização do divórcio, essas estruturas variaram podendo ser pai e filhos, mãe e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, filhos com pais adotivos. E, ainda mais recente, a aprovação de casais homoafetivos para a adoção.

Independente da estrutura que o educando tenha como base social, o fato é que nenhum indivíduo é nulo, neutro, todos possuem uma bagagem histórica e social constituindo sua personalidade.

A criança pertence à família. Portanto, investir junto modificar em parte essa estrutura. Os aspectos que caracterizam uma determinada dificuldade geralmente recaem sobre a criança, mas o problema não é só dela. Todos precisam estar modificados para as mudanças, e, por isso, obter a cooperação familiar é bastante enriquecedor e primordial para o nosso trabalho. (MACEDO, 2000, p. 43).

Se por um lado a instituição escolar sozinha não poderá dar conta da formação do indivíduo, por outro a família sozinha também não poderá formá-lo integralmente. A família pode ser uma colaboradora no processo de ensino-aprendizagem e a escola também pode auxiliar na formação de valores. No entanto, por muitas vezes esbarramos na responsabilização sobre o sucesso ou fracasso escolar do educando sobre a família ou sobre a escola.

A agressividade da sociedade atual e a desagregação da vida familiar exigem que a escola, para além de centro de transmissão ou de aquisição de saber, seja cada vez mais local de custódio, de presença de riscos, de orientação escola, de afetividade. Se já era, tem hoje de exercer essas funções com mais intensidade. (SÁ-CHAVES et al., 2001, p. 31).

Compreende-se, desse modo, a realidade conhecida dos educadores brasileiros. Uma vez que não se possui a estrutura familiar suficientemente sadia para a orientação e formação cidadã, a escola assume um papel de tutora, a fim de minimizar os efeitos colaterais de uma sociedade com pessoas cada vez mais negligentes.

No entanto, cada instituição tem expectativas diferentes: a escola espera que seus alunos tenham o intuito de aprender, prestar atenção nas aulas e atitudes comportamentais adequadas; a família espera que eles aprendam os conteúdos.

Crianças e jovens são levados para a escola com o objetivo de que aprendam os conteúdos e desenvolvam competências que os preparem para a vida. Os educadores esperam que cheguem à sala de aula interessados em aprender, prontos para o convívio social e para o trabalho disciplinado. Quando as expectativas dos dois lados se frustram, surge um círculo vicioso de reclamações recíprocas que devem ser evitadas com a adoção de atitudes de co-responsabilidade. Vamos ver como promover isso, começando por recusar velhas desculpas, de que nada se pode fazer com “as famílias de hoje” ou com “as escolas de hoje”. (MENEZES, 2005).

Infelizmente por muitas razões, as expectativas de ambas as partes frustram-se deixando espaço para a culpabilidade sobre os resultados obtidos. Menezes (2005) aponta que deve ser realizada a renúncia de velhas práticas, uma das mudanças possíveis pode ser a de integração da família no meio escolar.

As famílias muitas vezes são convidadas para a escola para que sejam advertidas sobre os comportamentos de seus filhos, porém, quando os responsáveis vão até a escola sem a solicitação da instituição, podem ser julgados como “invasores”. Hoje esses conceitos se ressignificam com a presença dos pais junto à escola.

É notório que a presença dos pais na escola muitas vezes causa um certo desconforto. Quando participam ou solicitam explicações, é entendido como queixa e até como invasão. Hoje, a presença dos pais e da comunidade está sendo considerada como uma ampliação das possibilidades de uma boa relação, tanto da escola quanto das famílias. (REIS, 2010, p. 19).

O fato é que ambas deveriam analisar seu desempenho a fim de identificar a melhor forma de auxiliar as crianças. Os pais devem ver nos professores aliados e os professores devem ver nos pais potencializados e incentivadores no processo de ensino-aprendizagem, dessa forma, possuem mais possibilidades da inserção dos responsáveis em reuniões pedagógicas, festas organizadas pela escola, apresentações abertas à comunidade, ações voluntárias dos pais. A parceria entre família e escola é altamente benéfica para a criança no que se refere ao ensino-aprendizagem.

A busca por compreender a importância da socialização dos pais no campo escolar, nos leva refletir sobre a vida em sociedade. Até que ponto os pais podem viver ou intervir nas atividades educativas de uma escola? Sabemos que há décadas as escolas vêm sofrendo algumas alterações nos métodos de ensino, e com essas mudanças os pais também passam por inúmeras dúvidas sobre a presença da família na organização escolar. (PARO, 2008, p. 27).

Contudo, pode-se dizer que a parceria família e escola tem tudo para ser uma parceria de sucesso. Cada um tem sua função e responsabilização na educação e formação cidadã dos indivíduos, tais funções são complementares. Uma vez cumprindo os seus deveres e respeitados os seus direitos, conseguirão formar cidadãos conscientes, transformando a sociedade, hoje negligente.

2.3 CAMPO FILOSÓFICO DOS VALORES

Além das novas necessidades da família contemporânea, as estruturas familiares também tomam novas formas. À medida que a família se modifica a sociedade também se transforma, porém a transmissão de valores continua inicialmente de âmbito familiar.

Portanto, quando os indivíduos adentram as instituições escolares, trazem consigo a bagagem acumulada de suas vivências, mesmo na mais tenra idade. Cada indivíduo possui a concepção de valores, sempre atribuindo aos objetos e pessoas.

Afirmar que a valoração depende da situação vivida não significa dizer que os valores são subjetivos, no sentido de variarem de indivíduo para indivíduo, caso em que teríamos de admitir o relativismo dos valores. Ao contrário, a valoração supõe a intersubjetividade, na comunicação que se estabelece não só com os nossos contemporâneos,

mas também com os nossos antepassados, de quem herdamos valores, o ato de valorar é tarefa humana e coletiva que nunca termina. (ARANHA, 2006, p. 172).

Compreende-se que as pessoas atribuem valores a partir das vivências e heranças comportamentais. Cada família ou ambiente social é constituído de regras, normas de convívio implícitas no cotidiano; os indivíduos integrantes desses grupos sociais apropriam-se desses conceitos para a formação de seus valores, passando, assim, a agir e sentir o mundo da forma que aprenderam desde o nascimento. Mas também os valores adquiridos ao decorrer da vida, e esses são aumentativos dos que já coexistem no ser humano.

Consideramos que o desenvolvimento de valores adquiridos é consequência da existência prévia de desenvolvimento dos valores inatos. Os valores inatos crescem e amadurecem com a idade, mas seu início é precoce e, como vimos, ocorre até antes do nascimento. Os valores adquiridos, como o nome indica, vêm das fontes sociais da humanidade (ESCOLA DE PAIS DO BRASIL, 1984, p. 31).

Em cada fase da vida o indivíduo constitui seu próprio conceito de moral. Vieira e Lino apresentam a teoria de Piaget, a qual se refere a esse processo de concretização delas:

Segundo Piaget (1984), a fase da heteronomia moral revela uma forma particular de juízo e ação moral evidenciada por crianças dos 3 aos 9 anos. Uma das dimensões que melhor caracteriza a moralidade nessa fase é a concepção acerca de regras e normas. [...] No que diz respeito à *prática de regras*, constatou que as crianças com 3 anos, tendiam a manipular o material de jogo conforme seus desejos e hábitos motores. O jogo era uma atividade puramente individual, seguindo esquemas motores mais ou menos ritualizados. Era a fase de *regras motoras*. (OLIVEIRA-FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA, 2007, p. 201).

Como trata Piaget, as crianças de cerca de três anos ainda não possuem estruturas para a ideia do coletivo, por isso tendem a manipular o jogo conforme suas necessidades imediatas, destacando a característica individualista das atividades. Com o passar do tempo e da maturação, “[...] crianças mais velhas entre os 7 e 9 anos, mostravam-se mais interessadas em cumprir as regras e em dominar seus parceiros de jogo, porém quando surgem problemas a avançar interpretações pouco ou nada consistente cerca das regras [...]” (OLIVEIRA-FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA, 2007, p. 201). Entender esses processos de desenvolvimento do conceito moral dos alunos possibilitam ao educador compreender o momento de maturação cognitiva de cada fase.

Para tanto, muitas culturas, modos de vidas, valores, conceitos de moral e ética cruzam-se na sala de aula, além da fase de maturação cognitiva, a qual deve ser levada em consideração; isso traz muitos desafios para o educador, cabendo a ele proporcionar momentos de aprendizagem e, sobretudo, mediar as interações sociais com o intuito de agregar novos conhecimentos.

Além de entender o momento de maturação, os educadores devem ter a consciência de que o ato de ensinar não é neutro. Durante o Seminário Educação e Justiça Social: um diálogo com Paulo Freire, ele responde a uma das perguntas relacionadas a valores:

Participante: O senhor tem explicação porque alguns educadores ainda acreditam que a educação possa ser neutra e livre de influência de valores? Paulo Freire: Isto é muito difícil de explicar, mas eu estou certo de que uma das razões, são os educadores não saberem, o poder da ideologia. Vou dar um bom exemplo de ideologia. [...] “Eu aprendi, na minha experiência educacional, que quando nós dizemos “homem”, nós incluímos as “mulheres”, e isto é uma mentira. Se eu digo aqui “todas as mulheres do mundo” os homens não estão incluídos. Como é possível, então, pensar que ao dizer “todos os homens do mundo” as mulheres estão incluídas? Elas não estão. Eu levei muito tempo para entender isso. (FREIRE, 2009, p. 35-36).

Entende-se, a partir de Freire (2009), que as relações em sala de aula podem interferir nas concepções de valores. Os educadores devem utilizá-las de forma a contribuir para o resgate de valores, pois isso é possível e necessário, tendo em vista as mazelas relacionadas à identidade social dos educandos. Se como no exemplo citado a ideologia machista se fez presente durante muitos anos, o ato contrário também terá um efeito parecido na vida das crianças.

2.3.1 Ética e moral

A palavra ética, segundo o dicionário (MICHAELIS, 2009), vem do grego *ethiké*, que significa “parte prática da filosofia social, que indica as normas a que devem ajustar-se as relações entre os diversos membros da sociedade”, e moral vem do latim *morale*, que significa “conjunto de preceitos ou regras para dirigir os atos humanos segundo a justiça e a equidade natural.”

A definição de moral perpassa pelo modo em que uma sociedade se organiza para que os indivíduos possam conviver de forma harmônica. Essas regras são construídas por meio da tradição, passando de geração para geração, a educação é bom exemplo desse processo de efetivação da moral.

Nesse sentido, pode-se entender como moral um conjunto de valores os quais regem uma sociedade, possuindo uma intencionalidade normativa de certo e errado, de bem e mal.

[...] moral é o conjunto de regras de conduta adotada pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo *os valores do bem e do mal*. Desse modo, cada sociedade estipula alguns comportamentos, por considerá-los adequados, e sujeita a outras sanções de diversos tipos, desde um olhar de reprovação até o desprezo ou indignação. (ARANHA, 2006, p. 173).

Pode-se dizer, assim, que moral e ética andam juntas, visto que, se por um lado a moral dita algumas regras, a ética trata de julgá-las adequadas ou não, sendo a ética o modo em que se julgam as atitudes cotidianas a partir do que cada grupo social definiu como suas normas de comportamento mais adequadas para o ambiente. Tomando como exemplo as normas de comportamento de uma igreja, seja de qual for a origem, as pessoas que a frequentam certamente tomarão cuidado com a forma de se vestir, por se tratar de um ambiente sagrado destinado a práticas religiosas; essas são normas morais, porém cada indivíduo terá um pensamento ético sobre o assunto e julgará qual é a melhor vestimenta. A escola pode ser um meio de transformação de atitudes e de intervenção social, como trata o parâmetro curricular dos temas transversais que destaca especificamente a ética:

As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem [...] (BRASIL, 1997, p. 51).

Na escola, como em qualquer outra instituição social, há regras de convívio estipuladas em reunião com pais e professores. As reuniões de início de ano definem horário de chegada, quantidades de faltas que pode ser tolerada, como as notas serão atribuídas aos alunos, enfim, todas as normas organizacionais são apresentadas e de comum acordo implantadas. No decorrer dos anos essas normas devem ser respeitadas para que a instituição de ensino possa ter um bom andamento.

Para além da organização da instituição escolar, que por si só traz em seu ritmo de forma implícita conceitos de moral e ética, esse é um ambiente privilegiado, em que muitas culturas se cruzam podendo ser um grande espaço de reflexão/ação acerca do que se deseja para a sociedade atual.

2.3.2 Cooperação

Um dos temas trabalhados nas escolas, talvez o mais difícil de compreender por parte dos educandos, é a cooperação. Entender que mesmo não tendo aproximação ou vínculo afetivo com o outro, pode-se auxiliá-lo da melhor maneira.

Desde os primeiros anos escolares é interessante que os alunos tenham consciência da importância do companheirismo e da cooperação na construção de relações firmes e duradouras com os colegas. Aprender a respeitar a opinião dos colegas, dividir tarefas, discutir sobre metodologias e resultados de pesquisa ajudam o aluno a construir seus pontos de vista, tornando-se, assim, sujeito de sua aprendizagem. Essas práticas, se bem trabalhadas serão importantes não somente na escola, mas em diversas situações da vida dos indivíduos (FRESCHI; FRESCHI, 2013, p. 8).

Para que o sentido da cooperação seja inserido como um valor social é necessária a prática diária dos indivíduos, e um dos ambientes mais propícios a manifestações de atitudes colaborativas é a sala de aula, onde o “eu” se aproxima do “outro”. “O eu mais profundo se desvela e revela ao espelho, em confronto com o outro, seu semelhante. O eu e o tu dialogando, ambos se constroem. A vida é relação. Comunicar-se é viver.” (EMPINOTTI, 1994, p. 129).

A conduta cooperativa exige uma postura de respeito mútuo para que as interações sociais aconteçam de forma a atingir os resultados desejados. Em um trabalho cooperativo o êxito de um dos integrantes é correspondente ao sucesso de todos.

Entende-se como possível e necessário que o professor proponha atividades cooperativas, estimulando o aluno a desenvolver sua própria autonomia; e promova atividades que exijam o trabalho coletivo cooperativo, mediando a relação entre os alunos e estes com o objeto de conhecimento (MATSUMOTO; CAMPOS, 2008, p. 201).

Dessa forma, o trabalho de cooperação tende a possibilitar a união dos indivíduos com um objetivo comum, tendo em vista a possibilidade de formar indivíduos autônomos, uma vez que há a necessidade de tomadas de decisões, e às vezes contrárias ao seu “eu”, porém adequadas para o bem coletivo, além de superar a visão do individualismo, dando espaço à coletividade, deixando de lado a competitividade exacerbada.

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto foi aplicado na educação infantil e no ensino fundamental, primeiramente na turma de Pré II, do Centro de Educação Infantil Giovana Maria Locatelli, no segundo semestre de 2016 no Município de Videira, e no terceiro ano da Escola Fidelis Antônio Fantin, no primeiro semestre de 2017 no Município de Videira.

Observaram-se as atividades desenvolvidas nas turmas, a fim de possibilitar a elaboração deste projeto e a identificação das problemáticas da sala. A seguir, escolheu-se o tema do projeto de sensibilização para a prática de valores na educação básica, uma perspectiva interdisciplinar, e iniciou-se a leitura de textos e documentos com a finalidade de dar conta da problemática.

Tendo em vista a falta de vivência de valores, optou-se pelo trabalho interdisciplinar de sensibilização para a prática de valores, considerando a estratégia didática pedagógica na educação básica. A realização da prática docente contou com as seguintes metodologias:

- a) leitura de livros: foi utilizada para a exemplificação de valores, gentileza, cooperação, respeito mútuo. Pôde ser trabalhada a oralidade, proporcionando-se momentos lúdicos para a reflexão acerca das atitudes comportamentais;
- b) rodas de conversa: foi utilizada no início das aulas a fim de explicação da rotina da aula, para que os alunos tenham conhecimento dos procedimentos das aulas e ainda para ter relatos orais. Nessa prática teve-se a intenção de se estar em constante conversação com os alunos para que expressassem suas opiniões, de forma consciente e crítica;
- c) atividades em grupos: propiciaram a colaboração entre os indivíduos. Teve-se como objetivo a prática de alguns valores essenciais para a vida em sociedade;
- d) leitura de diferentes gêneros textuais: a partir da leitura dos diferentes gêneros textuais, foi possível identificar a forma de escrita característica de cada gênero. Dessa forma, os educandos puderam se apropriar de uma forma mais culta de escrita;
- e) escrita de diferentes gêneros textuais: foi utilizada para registrar os conteúdos trabalhados em sala de aula. Essa atividade teve a intencionalidade de articular o relato escrito e a organização das ideias.
- f) brincadeiras em grupo: foi utilizada para promover a união entre as crianças em sala de aula, teve como intencionalidade a valorização dos momentos de cooperação e trabalho em equipe.
- g) confecção de cartazes/mural: foi utilizada para expor os trabalhos realizados durante a prática de estágio. Teve-se como objetivo valorizar as produções dos educandos, incentivando o trabalho em equipe.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de grande transformação social, principalmente das estruturas familiares, os alunos ingressam em sala de aula com inúmeras adversidades referentes à instância familiar. A escola juntamente com a família pode buscar meios para que os educandos vivenciem sua infância de forma plena, a partir de estratégias didáticas diferenciadas, as quais unam conteúdos específicos e atividades que busquem a sensibilização para a prática de valores.

Para tanto, o trabalho realizado ocorreu de forma interdisciplinar, a fim de contribuir para a sensibilização da efetiva prática dos valores, utilizando-se de contação de história, dinâmicas e trabalhos cooperativos, sendo que desse modo a interligação das disciplinas pôde trazer ao educando uma visão total do assunto valores.

Ainda para complementar a sensibilização para a prática de valores, a estratégia utilizada foi a de trabalhos em grupos, com o intuito de contribuir para a formação de indivíduos mais gentis, cordiais e menos egocêntricos.

Tendo em vista toda a caminhada de observações e estágios, pode-se dizer que a efetivação do trabalho de sensibilização para a prática de valores é longo e complexo, uma vez que grande parte das crianças que adentram nossas escolas não possuem estrutura familiar suficiente para que lhes sejam atribuídos valores necessários para a convivência harmoniosa com diferentes culturas, ficando a escola incumbida de mediar os prováveis conflitos.

De todo modo a instituição escolar deve ter como um dos objetivos iniciais o trabalho com valores, o qual deve buscar meios e estratégias para auxiliar os professores na gestão dos processos educativos, possibilitando suporte necessário para que seja possível alcançar não somente bons resultados nas matérias principais, mas que professores e alunos tenham bons relacionamentos interpessoais favorecendo o ensino-aprendizagem, além de promoverem um clima organizacional de qualidade.

Sendo o estágio supervisionado parte necessária para a obtenção de grau de Pedagogo, é o momento de crescimento e identificação profissional. Cada etapa vivenciada pelos acadêmicos, desde a preparação dos planos de ensino, a preparação dos materiais e até as aplicações dos estágios em sala de aula, contribuíram para a formação integral do profissional da educação.

Para além da certificação, o estágio, em especial o que ora se apresenta, de sensibilização para a prática de valores, foi uma experiência de reflexão sobre os valores e pensamentos acerca do processo de ensino-aprendizagem, desconstruindo conceitos prévios e reconstruindo a partir das vivências em sala de aula. A cada nova aula, conhecendo a história de vida de cada um, foi possível compreender as atitudes comportamentais, dessa maneira, as formas de relacionamento entre professora, estagiária e alunos foram se moldando e se constituindo no decorrer dos dias.

Por fim, pode-se afirmar que as experiências relatadas no presente trabalho trouxeram novas percepções sobre a educação, possibilitando a experimentação na prática de pensamentos e teorias que até então ficavam no campo filosófico. Cabe salientar o desafio que é o trabalho com valores, uma vez que cada instituição familiar adota e produz seus próprios valores e o professor, como gestor e mediador do conhecimento, detém a responsabilidade de escolher as melhores didáticas, método e meios para atingir o resultado desejado, seja a educação em valores, seja ainda a própria aprendizagem, sabendo que não há educação sem uma ideologia.

Sensitization for the practice of values in basic education: an interdisciplinary perspective

Abstract

In the present work it is proposed to raise awareness about values in basic education, based on the assumption that education in values should be experienced by the students. In the same way that the family environment attributes values to individuals, the school also provides an environment susceptible of values awareness, using activities that bring situations / problems to the school environment that can be solved through collective action, encouraging the teamwork, cooperation between individuals and mutual respect. The paper presents, at first, a bibliographical review based on some authors and the Law of Directives and bases of Education itself, in order to certify the right of learners about education in values.

Keywords: Degree in Pedagogy. Sensitization. Values. Education. Kid.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, DF: MEC: SEF, 1997.
- EMPINOTTI, M. C. **Os valores a serviço da pessoa humana**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.
- ESCOLA DE PAIS DO BRASIL. **Valores. Que valores?** São Paulo: Almed, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da solidariedade**: América latina e educação popular. 1. ed. Indaiatuba: Villa das Letras, 2009.
- MACEDO, L. de. **Aprender com os Jogos e Situação Problema**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MATSUMOTO, L. E.; CAMPOS, L. M. L. Favorecendo a cooperação entre crianças: Relato De Uma Experiência. **Rev. Simbio-Logias**, v. 1, n. 1, maio 2008. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/relato_experiencia_01_edu_favorecendo_cooperacao_entre_cri.pdf>. Acesso em: 12. jun. 2016.
- MENEZES, L. C. de. Escola e família como parceiras. **Nova Escola**, v. 217, out. 2005. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/escola-familia-como-parceiras-423328.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2016.
- MICHAELIS. **Dicionário prático**: língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
- PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: ABDR, 2008.
- REIS, L. P. C. dos. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador: [s. n.], 2010.

